

POLÍTICAS EDUCACIONAIS FAZEM MESMO A DIFERENÇA: O IMPACTO DO FUNDEB NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PERNAMBUCO (2007-2013)

O propósito deste trabalho é verificar o impacto que o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) tem nas escolas públicas municipais. Para isso, foram utilizados dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como *output* sendo este o resultado dos investimentos na educação. Geralmente, por facilidade analítica, os pesquisadores utilizam as unidades federativas como unidade de análise. Diante desse problema, esse projeto busca analisar o impacto dos recursos oriundos do FUNDEB sobre a educação básica nos municípios em Pernambuco. Em Pernambuco, na rede pública estadual, a partir de 2007, o IDEB vem crescendo em todos os níveis, inclusive ultrapassando as metas estabelecidas para os períodos analisados. No que se refere aos dados de 2013, o ensino médio, na rede pública, obteve o quarto lugar, com nota igual a 3,6, acima da média nacional, empatando com Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais e ficando atrás de São Paulo, Rio Grande do Sul (ambos com 3,7) e Goiás (3,8). Porém, em relação aos resultados apresentados pela rede pública municipal, que contempla o ensino fundamental, mais de 80 municípios apresentaram notas bem abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação. Criado pela Emenda constitucional nº53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB é uma substituição ao antigo modelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. A reformulação do programa surgiu do impasse em que no FUNDEF, o financiamento da educação era realizado pelos municípios e estados com seus próprios recursos, onde municípios com maiores arrecadações conseguiam financiar as despesas na área educacional, e municípios com pouca arrecadação, proporcionalmente, possuíam déficits. Implementado o FUNDEB, com vigência estabelecida para o período de 2007 a 2020, os recursos passaram a serem distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados em cada rede municipal e estadual, possuindo ponderações específicas para promover maior equidade na distribuição. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ano de 2007, visando à avaliação da qualidade educacional do ensino fundamental brasileiro em suas séries iniciais e finais. O indicador reúne o fluxo escolar e as médias das avaliações em língua portuguesa e matemática realizadas pelo INEP por meio do Saeb (aplicável para as unidades da federação) e a Prova Brasil (para os municípios). O Índice varia de 0 a 10 e a meta nacional é atingir a média 6,0 até 2022. A média 6,0 é também a nota apresentada pelos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e essa meta foi estabelecida pelo INEP por meio de padrões técnicos de comparação. Em termos metodológicos, o desenho de pesquisa combina estatística descritiva, a técnica de correlação linear (FIGUEIREDO FILHO e SILVA JR, 2009) para estimar a associação entre gasto do FUNDEB e nota do IDEB.

É sabido por parte dos pesquisadores as enormes dificuldades existentes quanto à obtenção de dados por parte das plataformas governamentais, ainda que sob a Lei de Acesso à Informação (LAI) de nº12. 527, de 18 de Novembro de 2011. Dessa forma, informações de alguns municípios estiveram ausentes durante a compilação dos dados, no que tange às notas do IDEB, em alguns casos, não foi encontrado as notas das séries

iniciais ou finais e em outros, ainda, não foi encontrado nenhuma nota. Os resultados sugerem que: (1) a média do IDEB nas séries iniciais passou de 3,11 em 2007 para 4,15 em 2013, ou seja, um incremento marginal de 1,04 enquanto que a média do IDEB nas séries finais passou de 2,67 em 2007 para 3,27 em 2013, ou seja, um incremento marginal de 0,6; (2) que não existe correlação significativa entre os recursos destinados à educação por meio do FUNDEB e as médias do IDEB dos municípios ao longo dos anos, ainda que, o desempenho tenha apresentando um aumento marginal. Desse modo, a possível melhoria do nível educacional não pode ser explicada unicamente pelo aumento do investimento financeiro ou que o indicador não é suficiente para medir o impacto do valor investido. Os resultados indicam que não há uma correlação positiva entre os recursos investidos por meio do FUNDEB nos municípios pernambucanos e os resultados obtidos nas avaliações do IDEB, desse modo, que a possível melhoria do nível educacional não pode ser explicada unicamente pelo aumento do investimento financeiro ou que o indicador não é suficiente para medir o impacto do valor investido. Resultados do IDEB podem apontar escolas com qualidade, porém sem levar fatores econômicos e sociais que são fatores relevantes no desenvolvimento do aprendizado do aluno, a análise dos resultados podem não ter conexão com a realidade.

Palavras-chave: Educação; Pernambuco; Políticas Públicas

Referências Bibliográficas

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problema de coordenação e autonomia.** São Paulo: Perspectiva, v. 18, n. 2, Abril/Junho 2004.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da educação básica?** Campinas: Autores Associados, 2008.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas.** INEP/MEC, 2009.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JUNIOR, José Alexandre. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r).** Revista Política Hoje, v. 18, n. 1, 2010.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. **O financiamento da Educação no Brasil e o desafio da superação das desigualdades.** In: Políticas Educacionais: conceitos e debates (p. 209). Curitiba: Appris, 2013.

SOARES, JOSÉ FRANCISCO; XAVIER, FLÁVIA PEREIRA. **Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB.** Educação & Sociedade, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS FAZEM MESMO A DIFERENÇA: O IMPACTO DO FUNDEB NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PERNAMBUCO (2007-2013)

Antônio Alves Tôrres Fernandes, Maria Letícia Machado da Silva; Nome Completo do Professor Orientador: Dalson Britto Figueiredo Filho.

O propósito deste trabalho é verificar o impacto que o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) tem nas escolas públicas municipais. Para isso, foram utilizados dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como *output* sendo este o resultado dos investimentos na educação. Geralmente, por facilidade analítica, os pesquisadores utilizam as unidades federativas como unidade de análise. Diante desse problema, esse projeto busca analisar o impacto dos recursos oriundos do FUNDEB sobre a educação básica nos municípios em Pernambuco. Em Pernambuco, na rede pública estadual, a partir de 2007, o IDEB vem crescendo em todos os níveis, inclusive ultrapassando as metas estabelecidas para os períodos analisados. No que se refere aos dados de 2013, o ensino médio, na rede pública, obteve o quarto lugar, com nota igual a 3,6, acima da média nacional, empatando com Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais e ficando atrás de São Paulo, Rio Grande do Sul (ambos com 3,7) e Goiás (3,8). Porém, em relação aos resultados apresentados pela rede pública municipal, que contempla o ensino fundamental, mais de 80 municípios apresentaram notas bem abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação. Criado pela Emenda constitucional nº53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB é uma substituição ao antigo modelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. A reformulação do programa surgiu do impasse em que no FUNDEF, o financiamento da educação era realizado pelos municípios e estados com seus próprios recursos, onde municípios com maiores arrecadações conseguiam financiar as despesas na área educacional, e municípios com pouca arrecadação, proporcionalmente, possuíam déficits. Implementado o FUNDEB, com vigência estabelecida para o período de 2007 a 2020, os recursos passaram a serem distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados em cada rede municipal e estadual, possuindo ponderações específicas para promover maior equidade na distribuição. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ano de 2007, visando à avaliação da qualidade educacional do ensino fundamental brasileiro em suas séries iniciais e finais. O indicador reúne o fluxo escolar e as médias das avaliações em língua portuguesa e matemática realizadas pelo INEP por meio do Saeb (aplicável para as unidades da federação) e a Prova Brasil (para os municípios). O Índice varia de 0 a 10 e a meta nacional é atingir a média 6,0 até 2022. A média 6,0 é também a nota apresentada pelos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e essa meta foi estabelecida pelo INEP por meio de padrões técnicos de comparação. Em termos metodológicos, o desenho de pesquisa combina estatística descritiva, a técnica de correlação linear (FIGUEIREDO FILHO e SILVA JR, 2009) para estimar a associação entre gasto do FUNDEB e nota do IDEB. É sabido por parte dos pesquisadores as enormes dificuldades existentes quanto à obtenção de dados por parte das plataformas governamentais, ainda que sob a Lei de Acesso à Informação (LAI) de nº12.527, de 18 de Novembro de 2011. Dessa forma, informações de alguns municípios estiveram ausentes durante a compilação dos dados, no que tange às notas do IDEB, em alguns casos, não foi encontrado as notas das séries iniciais ou finais e em outros, ainda, não foi encontrado nenhuma nota. Os resultados sugerem que: (1) a média do IDEB nas séries iniciais passou de 3,11 em 2007 para 4,15 em 2013, ou seja, um incremento

marginal de 1,04 enquanto que a média do IDEB nas séries finais passou de 2,67 em 2007 para 3,27 em 2013, ou seja, um incremento marginal de 0,6; (2) que não existe correlação significativa entre os recursos destinados à educação por meio do FUNDEB e as médias do IDEB dos municípios ao longo dos anos, ainda que, o desempenho tenha apresentando um aumento marginal. Desse modo, a possível melhoria do nível educacional não pode ser explicada unicamente pelo aumento do investimento financeiro ou que o indicador não é suficiente para medir o impacto do valor investido. Os resultados indicam que não há uma correlação positiva entre os recursos investidos por meio do FUNDEB nos municípios pernambucanos e os resultados obtidos nas avaliações do IDEB, desse modo, que a possível melhoria do nível educacional não pode ser explicada unicamente pelo aumento do investimento financeiro ou que o indicador não é suficiente para medir o impacto do valor investido. Resultados do IDEB podem apontar escolas com qualidade, porém sem levar fatores econômicos e sociais que são fatores relevantes no desenvolvimento do aprendizado do aluno, a análise dos resultados podem não ter conexão com a realidade.

Palavras-chave: Educação; Pernambuco; Políticas Públicas

Referências Bibliográficas

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problema de coordenação e autonomia.** São Paulo: Perspectiva, v. 18, n. 2, Abril/Junho 2004.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da educação básica?** Campinas: Autores Associados, 2008.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas.** INEP/MEC, 2009.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JUNIOR, José Alexandre. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r).** Revista Política Hoje, v. 18, n. 1, 2010.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. **O financiamento da Educação no Brasil e o desafio da superação das desigualdades.** In: Políticas Educacionais: conceitos e debates (p. 209). Curitiba: Appris, 2013.

SOARES, JOSÉ FRANCISCO; XAVIER, FLÁVIA PEREIRA. **Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB.** Educação & Sociedade, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013.

